

O programa neoliberal de terceira via do PSDB (1988-2002)¹

André Pereira Guiot²

Resumo: Este trabalho destina-se ao exame dos documentos do PSDB entre os anos de 1988 e 2002 realçando aspectos que nos possibilitem afirmar que o partido, desde a sua fundação, capacitava-se para tornar-se o propagador e implementador da contra-reforma do Estado brasileiro através do programa neoliberal de tipo terceira via. O programa peessedebista tinha como *leitmotiv* a reelaboração das novas relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil dos anos 90, com vistas a garantir a reprodução ampliada de setores hegemônicos do capital e não a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras.

Palavras chave: PSDB; neoliberalismo; terceira via; contra-reforma do Estado

Abstract: This paper aims at examining PSDB documents between the years of 1988 to 2002 highlighting aspects that may make it possible to say that the party, since its foundation, became the spreader and implementer of the counter-reform of the Brazilian State, through a neoliberal program of a third way kind. The PSDB program had as *leitmotiv* the re-elaboration of the relationship between the State and the civil society in Brazil in the 1990's, with the objective of assuring an ample reproduction of top financial sectors and not the improvement of life conditions of lower working classes.

Keywords: PSDB; neoliberalism; third way; State counter-reform

As reflexões trazidas pelo presente trabalho têm como principal objetivo submeter à análise os documentos do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) entre os anos de 1988 e 2002. A elaboração, divulgação e implementação do programa partidário trazia, desde a fundação do partido, aspectos pertinentes à contra-reforma neoliberal de tipo terceira via³ para a realidade brasileira. Veremos como o partido se credenciava, diante da crise orgânica, como organizador do consenso entre as frações das classes dominantes e a execução de suas demandas na sociedade política (órgãos, agências e aparelhos de Estado) durante os anos 90.

Para dar conta de tais rearranjos, o programa neoliberal de tipo terceira via peessedebista atravessou três fases bem nítidas, distintas e complementares: de 1988 a 1994 temos a formulação e a divulgação da ideologia neoliberal; no primeiro governo FHC (1995 a 1998) assistimos à edificação e implantação das bases deste modelo e, finalmente, no

¹ Este trabalho é uma adaptação de parte da dissertação de mestrado defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), intitulado “Um ‘moderno Príncipe’ para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)” e orientada pela Prof^a Dr^a Virgínia Fontes.

² Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: andre_guiot@yahoo.com.br

³ O neoliberalismo de terceira via é uma expressão cunhada pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional da Fiocruz para assinalar a diferenciação entre o neoliberalismo ortodoxo e sua redefinição pensada por GIDDENS (1996, 2001a e 2001b).

segundo governo FHC (1999-2002) o refinamento e a ampliação daquilo que já tinha sido estrategicamente debatido, analisado e implementado nos períodos anteriores, isto é, tratou-se de fincar as bases da hegemonia neoliberal da terceira via através da proposta de “radicalização ou democratização da democracia”.

A proposta deste artigo é o de abordar cada uma dessas fases através do exame dos documentos do PSDB. Antes, porém, é oportuno que se faça uma análise dos temas tratados pela terceira via que foram realçados nos documentos peessedebistas como meios eficazes para a efetivação da contra-reforma do Estado – tanto de seu aparato burocrático-legal quanto da refuncionalização da sociedade civil.⁴

A terceira via

A partir da segunda metade dos anos 90, os efeitos negativos provocados pelo programa neoliberal nos países europeus apontavam para estratégias político-ideológicas de sua redefinição. Não se tratava, tanto para a fração financeira da classe dirigente quanto para as demais frações burguesas dos países de economias centrais, de alterar qualitativamente seus princípios fundamentais mas, ao contrário, de remodelá-lo de forma a se tornar mais atraente aos olhos do conjunto das demais forças sociais.

A força política condutora desse processo de envernizamento do neoliberalismo deveu-se, em grande medida, àqueles que se auto-designavam como “social-democratas”. Na Grã-Bretanha, sob liderança de Tony Blair, o processo de “modernização” do *Labour Party*, convertido em *New Labour*, o credenciava como porta-voz do programa neoliberal antecessor. De acordo com Antunes (1999: 38):

Era preciso buscar, no interior da “esquerda”, as condições de continuidade da política (em sentido amplo) vigente na fase do neoliberalismo. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o essencial da pragmática do neoliberalismo fosse preservada e, em caso de alteração, o fosse somente em sua epiderme.

Como veremos, o projeto político da terceira via não tem nada de “terceira” – numa alusão à alternativa ao neoliberalismo e à social-democracia do Welfare State: cunhada por seus protagonistas como “novo progressivismo”, “esquerda modernizadora”, “social-democracia modernizadora”, “governança progressiva”, “centro radical”, ou “nova esquerda”, na verdade a terceira via é realmente um *programa político-ideológico* destinado a dar uma

⁴ Para uma crítica marxista (gramsciana) refinada e contundente dos elementos cruciais sobre os quais o programa da terceira via busca uma nova sociabilidade ver NEVES (2005) e MARTINS (2009).

continuidade consensual ao projeto neoliberal, se esforçando em atribuir novas roupagens às formas de extração de sobretrabalho e de construção do consenso no capitalismo.

No campo das formulações programáticas e ideológicas, porém, a direção foi dada principalmente por Anthony Giddens, assessor direto de Tony Blair e um verdadeiro intelectual orgânico do capital.

A terceira via é concebida por Giddens (2001a: 36) como sendo “uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas”. Dentre outras mudanças, a terceira via destaca o fim da Guerra Fria e a globalização como sendo as que trouxeram consequências decisivas para o rearranjo em todas as esferas da vida social.

Para apresentar-se como uma plataforma de ação política e de concepções ideológicas afinada com essas mudanças, a terceira via precisa se legitimar rejeitando outros projetos societários, notadamente do socialismo, da social-democracia “clássica” e do neoliberalismo.

Segundo a terceira via, o fim da União Soviética pôs um ponto final não só nas possibilidades de construção do socialismo, mas também nas categorias analíticas marxistas da realidade social. Para ela, a “morte do socialismo” comprovou a inviabilidade de construí-lo por meio da abolição da propriedade privada. Vários fatores contribuíram para isso, mas Giddens destaca os problemas criados pelo controle econômico diretivo (o planejamento estatal) diante da emergência de novas reflexividades na vida econômica e social advindas da globalização, as mudanças que ocorrem na vida cotidiana e pessoal e o surgimento de uma sociedade pós-tradicional (GIDDENS, 1996: 95).

As práticas cunhadas pela social-democracia do pós-guerra também são alvejadas pela terceira via. Sua crítica se expressa na compreensão de que o “velho” modelo social-democrata apresentava uma incapacidade de solucionar questões como a pobreza, os “níveis insuportáveis de burocratização” e os “interesses entricheirados” na esfera estatal, além de não acompanhar as mudanças produzidas pela globalização.

Porém, o ataque mais incisivo da terceira via à “velha social-democracia” se refere à rede de proteção social conhecida como *welfare state*. A busca da justiça social teria construído um sistema de welfare onde predominava gastos públicos elevados e, principalmente, dependência dos beneficiados à ação estatal. Os benefícios doados simplesmente dotavam os indivíduos de passividade, dependência e irresponsabilidade para com o governo, a comunidade e a si próprios, resultando no declínio das obrigações e das formas de solidariedade (GIDDENS, 2001a: 125-128).

Quanto ao neoliberalismo, a crítica da terceira via que mais destacamos se refere ao fato de que ele se limita às necessidades econômicas mais imediatas do mercado e não percebe que isto cria sérios problemas às bases sociais necessárias aos próprios mercados. A

todo tempo a terceira via preocupa-se em criar mecanismos de legitimação e de formação de consensos, pois na sua acepção o neoliberalismo

[...] é uma abordagem falha à política porque supõe que não é preciso se responsabilizar pelas consequências sociais das decisões baseadas no mercado. Os mercados não podem sequer funcionar sem uma estrutura social e ética – que eles próprios não podem proporcionar. (GIDDENS, 2001b: 40)

Para a terceira via, o problema do neoliberalismo não foi o de ter aprofundado radicalmente as consequências trágicas trazidas pelo capitalismo contemporâneo ao conjunto das classes trabalhadoras. Ao contrário, ela assume que as contra-reformas neoliberais foram “atos necessários de modernização”, importantes no novo contexto da “modernização reflexiva”. A terceira via identifica e propõe corrigir o “calcanhar de Aquiles” do neoliberalismo, qual seja, o fato de que os resultados da desregulamentação dos mercados ameaçaram seriamente a “coesão social”. Assim,

A crítica formulada por ela limita-se ao problema da desregulamentação do mercado e do tipo de participação do Estado, mas não a seus significados políticos e econômicos, como, por exemplo, os problemas relativos a mais-valia, exploração, lucro, etc. (LIMA e MARTINS, 2005: 45)

Por outro lado, os adeptos da terceira via criticam o “zelo estatista” dos comunistas e dos social-democratas de “velho estilo” na ação estatal “mesmo quando aplicado a fins sociais desejáveis”, tornando-se “sufocante e burocrático”. Giddens comunga com a posição de Claus Offe quando afirma que

[...] o estatismo excessivo frequentemente incute propensões a dependência inatividade, burocracia, clientelismo, autoritarismo, cinismo, irresponsabilidade fiscal, fuga a responsabilidades, perda de iniciativa e hostilidade à inovação, se não a franca corrupção [...]. (GIDDENS, 2001b: 62)

É com esse referencial que a terceira via se auto-intitula como sendo uma alternativa de “esquerda”. Segundo ela, os social-democratas deveriam de deixar de lado a definição de esquerda e direita do modelo pré-1989:

Depois de 1989, não podemos ver a esquerda e a direita como as víamos antes. Nem os social-democratas podem mais ver o capitalismo ou os mercados como a fonte da maior parte dos problemas que cercam as sociedades modernas. O governo e o Estado estão na origem dos problemas sociais tanto quanto os mercados. (GIDDENS, 2001b: 36)

A terceira via assevera que as posições e práticas políticas estabelecidas pela “antiga esquerda” precisam ser profundamente reavaliadas, pois elas seriam fruto de um mundo “onde se acreditava que o capitalismo podia ser transcendido, e onde a luta de classes modelou boa parte da vida política” (GIDDENS, 2000b: 46). Ela afirma que nenhuma dessas condições é pertinente neste momento. Assim, estar à esquerda ou à direita é principalmente uma questão de valores. Giddens assume a definição de esquerda cunhada por Norberto Bobbio: “ser de esquerda é estar preocupado com a redução da desigualdade – com a busca de justiça social”, concluindo que “a política da terceira via é inequivocamente uma política de esquerda” (GIDDENS, 2001b: 46).

Há, para tanto, condições que devem ser cumpridas a fim de evitar os males trazidos pelas desigualdades. É preciso, antes de tudo, que a nova esquerda abrace o mercado e convença os trabalhadores de que, fora do capitalismo, “não há outra alternativa”. A “nova social-democracia”, para sobreviver, “têm de se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento” (GIDDENS, 2001b: 42). Para a terceira via, “nem sempre os mercados aumentam a desigualdade; eles podem às vezes servir de meio para superá-la” (GIDDENS, 2001b: 41).

Ao elogio ao mercado segue-se a crítica às intervenções do Estado que garantiam as conquistas dos trabalhadores. As forças das circunstâncias – e não os sujeitos políticos coletivos -, isto é, a globalização e a “crise endógena” do Estado teriam convencido de que “temos de descobrir como cuidar de nós mesmos, porque agora não podemos mais confiar que as grandes instituições o farão” (GIDDENS, 2001b: 12).

Dessa maneira, se por um lado a ação política estatal deveria se dedicar a complementar e não tolher “a função essencial dos mercados”, por outro os governos deveriam outorgar poderes em vez de oprimir. Em outras palavras, a pedra de toque do “novo contrato social” propugnado pela terceira via refere-se à criação de “oportunidades iguais, a responsabilidade pessoal e a mobilização de cidadãos e comunidades” (GIDDENS, 2001b: 12). Para que isso ocorra, a terceira via diz ser necessário realizar a (contra)reforma do Estado. Essa é exposta como um “princípio orientador básico” visto que seria capaz de promover “um processo de aprofundamento e ampliação da democracia” – a “democratização da democracia” (GIDDENS, 2001a: 79).

Em linhas gerais, a “democratização da democracia” revela-se, a nosso ver, o ponto-chave na tentativa de aperfeiçoamento do neoliberalismo. A diretriz dada por este aprimoramento é, sem dúvida, a que sintoniza as ações do “novo Estado democrático” com os organismos da sociedade civil. A parceria Estado-sociedade – denominada de “nova economia mista” – teria como objetivo a substituição do Estado tanto na produção de bens e

serviços públicos quanto na prestação de serviços sociais. Aos olhos da terceira via, uma “nova economia mista” busca uma “sinergia” entre os setores público e privado, lançando mão do “dinamismo dos mercados mas tendo em mente o interesse público”(GIDDENS, 2001a: 109).

Mais que isso: a “democratização da democracia” implicaria em “reinventar a sociedade civil”, de forma que ela se tornasse “ativa” e significaria, antes de tudo, construir uma suposta “esfera civil aberta” apta a disseminar posturas ditas mais harmônicas, flexíveis, dialógicas e cooperativas:

[...] é para a sociedade civil [...] que devemos nos voltar como um elemento essencial da política da terceira via. A sociedade civil é fundamental para restringir o poder dos mercados e do governo. Nem uma economia de mercado, nem um Estado democrático pode funcionar com eficácia sem a influência civilizadora da associação civil. [...] O Estado e o governo não representam o domínio público quando se tornam apartados de suas raízes na associação civil. [...] É a sociedade civil, e não o Estado, que fornece os fundamentos da cidadania, e isto é crucial para que sustente uma esfera pública aberta. (GIDDENS, 2001b: 69-70)

É neste sentido que surge a importância do chamado “terceiro setor”, cuja função seria a de substituir o welfare comandado pelo Estado em direção à constituição de uma “sociedade de welfare” que, formada pelas instituições do terceiro setor, desempenharia um papel maior no fornecimento de “serviços de *welfare*”. A distribuição de tais serviços estaria vinculada a “programas para o desenvolvimento ativo da sociedade civil”, retomando a importância do “espaço público” e reativando a “subpolítica”, isto é, a introdução de preocupações que envolvem o cotidiano dos cidadãos (GIDDENS, 2001a: 128).

O papel do governo seria reorientado, concentrando seus esforços em investimentos nos recursos humanos (na formação de “capital humano”) e na “infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de uma cultura empresarial” (GIDDENS, 2001a: 109). Caberia aos governos da terceira via a produção de “políticas gerativas” que desenvolvesse o “capital social” (“redes de confiança” voltadas para ação nas áreas sociais), capaz de incutir a “responsabilização”, a “solidariedade”, a “autonomia”, enfim os valores necessários à construção de uma “nova cultura cívica” na “florescente esfera civil”. Deve ficar claro que na proposta da terceira via é o Estado que deve atuar no sentido da renovação organizativa da sociedade civil, no empreendedorismo social e na ação voluntária dos indivíduos, com vistas tanto à sua legitimação quanto à consolidação da “coesão social”.

A fórmula “democratização da democracia” traz no seu bojo um projeto de hegemonia calcado na proposta de superação dos antagonismos de classe através de uma ação política que repolitiza e ressignifica o teor histórico das formas de participação e envolvimento político-ideológico das classes trabalhadoras frente ao capital. Ela redefine o sentido e o

papel histórico das propostas das esquerdas apontando para as classes trabalhadoras que a amenização das suas dificuldades é uma tarefa que somente a elas cabe resolver. Para tanto, o “novo progressivismo” atua pedagogicamente no sentido de preparar corações e mentes para um “novo envolvimento cívico” voltado ao “pacto” entre proprietários e trabalhadores, posto como pano de fundo a ideia de que o capitalismo não só é intransponível mas como também pode ser benéfico para todos.

Pretende-se, em suma, criar novas relações entre Estado e sociedade civil no âmbito do capitalismo contemporâneo, recriando formas de financiamento estatal, redefinindo as estratégias de obtenção do consenso nas sociedades burguesas, bem como aperfeiçoando as formas de extração da mais-valia relativa.

As propostas contra-reformistas trazidas pelo neoliberalismo da terceira via foram levadas à risca pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). No Brasil, o PSDB se qualificou como partido capaz de implantar tal programa numa realidade social e econômica completamente diversa. Imbuídos organicamente da lógica de classe das frações das classes dominantes, o PSDB se propôs a ser o condutor de uma contra-reforma intelectual e moral necessária à obtenção do consenso ativo entre os setores não hegemônicos valendo-se, principalmente, da redefinição das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil.

A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994)

No momento de sua fundação (junho de 1988), o PSDB não foi um partido homogêneo em termos ideológicos. No seu interior, coexistiam correntes ideológicas bastante distintas, segundo sua auto-definição: os social-democratas - a tendência majoritária no partido, os liberais “progressistas” - ala mais conservadora, os socialistas-democráticos - a corrente mais à esquerda e, finalmente, os democratas-cristãos (PSDB, 1989a: 20).

Apesar da diversidade de tendências no interior do PSDB e ao contrário do que se convencionou acreditar, as publicações do partido apontavam para uma orientação programática não de cunho social-democrata mais nitidamente alinhada aos principais temas da *agenda neoliberal*. A adoção do ideário neoliberal pelo PSDB não se iniciou somente a partir de 1995, momento da inserção dos peessedebistas na sociedade política (agências, órgãos e aparelhos do Estado) através da eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República. A construção de um projeto que buscava a formação (ainda que embrionária) de um consenso neoliberal de terceira via para o país estava presente nos documentos do partido *desde seus primeiros momentos*.

O tema do neoliberalismo guarda extensa literatura acadêmica, como sabemos. Adotaremos aqui, em resumo, a perspectiva de Décio Saes. Conforme sua elaboração, o

neoliberalismo inaugura uma nova etapa na correlação de forças entre Estado, capital e trabalho. Corroídas as bases da acumulação keynesiana, o Estado neoliberal lança mão de três políticas estatais específicas: a) *políticas desregulamentadoras*, isto é, da redução reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia e das relações de trabalho; b) *políticas de privatização*, ou seja, desestatização de empresas produtoras de serviços e bens públicos e c) *políticas de abertura da economia ao capital internacional*, eliminando as reservas de mercado e o protecionismo econômico (SAES, 2001: 82).

Mas, quais elementos nos possibilitam afirmar que o PSDB trazia orientações pertencentes ao projeto neoliberal no momento imediatamente posterior à sua fundação? Para responder essa questão, examinaremos alguns documentos partidários tendo como foco a contra-reforma do Estado brasileiro. Com base nessa análise, refletiremos também sobre o caráter supostamente “social-democrata” do partido e seu embate frente aos setores da esquerda.

O novo papel do Estado

Os contornos do ideário neoliberal já podiam ser percebidos no programa partidário (elaborado por Fernando Henrique Cardoso e José Serra) em 1988. Nele notamos claramente que não se tratava de uma proposta social-democrata “clássica”, tampouco de cunho “socialista democrático”. Assim, por exemplo, o nascimento do PSDB se comprometeria com um “ideário simples e claro de reformas (...) contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação” (PSDB, 1989b).

As reformas ditas “inadiáveis” definiam-se contra um Estado vulnerável às “pressões corporativistas”, por sua organicidade “paternalista”, “patrimonialista”, de “natureza cartorial”, tragado por práticas “clientelistas e fisiológicas”. Afirmava o programa que as reformas desejadas “não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil” (PSDB, 1989b).

A social-democracia desloca, portanto, o eixo da opção entre estado ou privado do plano ideológico [...] para um plano objetivo: importantes são as condições que devem ser criadas para o funcionamento da economia. A gestão predadora, patrimonialista, e a corrupção podem existir no setor estatal ou no privado. Em ambos são condenáveis. O mercado competitivo é o antídoto para esses males. (CARDOSO, 1990: 25)

O PSDB recuperava as críticas populares a alguns problemas do Estado (burocratismo, cartoralismo, clientelismo, fisiologismo, etc.) e elaborava propostas para

atacá-las, mas subordinando-as às percepções específicas das frações das classes hegemônicas.

A valorização da “eficiência”, envolvendo uma “ampla reforma do setor público”, não deveria abdicar da “democratização das decisões”. Em linhas gerais, tal concepção se refere àquilo que em outros documentos os peessedebistas chamam de “desprivatização do Estado”, isto é, do afastamento de interesses privados e corporativos incrustados na administração pública em prol de genuínos “*mecanismos de controle público*”, concomitante a uma completa profissionalização e reformulação dos serviços públicos que visem a sua “racionalização” (CABRERA, 1995: 141-142). “Racionalização” essa agregada à lógica da “eficiência” e da “competitividade”, própria do mercado, e ao elogio da “eficácia” *das associações da sociedade civil* na implementação de políticas sociais, pressuposto central do neoliberalismo da terceira via.

Desta maneira, a “privatização” do Estado significaria, nos primeiros documentos do PSDB, o concubinato entre a burocracia e o interesse privado, típico do Estado varguista, e/ou a ação das forças corporativistas que “constituem empecilhos para a universalização das conquistas sociais” (CARDOSO, 1990a: 21). Em Cardoso, encontramos a seguinte afirmação:

Inaceitável é a “privatização” do estado, que na América Latina ocorre em grandes proporções. Isto é, através de alianças – que em outras circunstâncias eu chamei de “anéis burocráticos” –, partes da burocracia estatal [...] são “enfeudadas” a interesses privados. [...] As interligações entre a burocracia estatal e o interesse privado são enormes e frequentemente fazem-se em detrimento do interesse público. (CARDOSO, 1990a: 25)

À “privatização” do Estado os peessedebistas opunham a “desprivatização”, isto é, o aumento do “controle democrático” sobre a gestão estatal para torná-la sensível ao “interesse público”. Em seu ideário, tratava-se de livrar o Estado das amarras burocráticas, corporativistas e clientelistas através do cumprimento de um programa de reformas apto em, por um lado, tornar “públicas” e “transparentes” as ações do Estado e, por outro, criar mecanismos que buscassem a competitividade - e, por conseguinte, a “eficiência”- por meio da venda do setor produtivo estatal ao capital privado (desestatização).

Estava claro que, para o PSDB, “desprivatizar” significava convencer amplos setores sociais da necessidade de quebrar a resistência e a capacidade dos setores organizados em lutar por um projeto redistributivista no Brasil, desqualificando também qualquer organização sindical combativa do funcionalismo público que, capitaneados pela CUT, era apresentada como “corporativa”, “burocratizada”, “ineficiente” e, por isso, predadora do “bem comum”. Isso nos dá a certeza de que “desprivatizar” o Estado, para o PSDB, significava “*depurá-lo*” de qualquer conteúdo popular e universalizante em favor dos

interesses e demandas de alguns setores do capital. A busca era pelo interesse comum, mas dos setores empresariais, especialmente dos banqueiros.

Interessante observar que, já nesse momento, o “controle democrático” na “desprivatização do Estado” seria impulsionado por uma “sociedade civil” genérica, pretensamente destituída de clivagens de classe, apresentando-se como uma “esfera pública homogênea” que visaria atender ao “interesse comum”. Isto se revela na seguinte passagem:

No mundo de hoje, os freios e contrapesos democráticos são exercidos cada vez mais por entidades que não são propriamente estatais nem privadas: associações de consumidores e de defesa do meio ambiente, a opinião pública, universidades, igrejas, comunidades locais, etc. É com a participação dessas entidades nas decisões que a social-democracia conta, antes de tudo, para garantir a subordinação do poder econômico à sociedade. (CARDOSO, 1990b)

O chamamento à atuação sociedade civil, vista como autônoma tanto do mercado quanto do Estado, precisava também diferenciar-se da participação orientada por forças políticas ponderáveis da esquerda que, segundo os peessedebistas, “reduzem a participação popular ao ‘movimentismo’, ao ‘assembleísmo’ e ao ‘basismo’” (CARDOSO, 1990a: 31).

O desafio para o Brasil, segundo o PSDB, passava pela necessidade de “atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado” (PSDB, 1989b). Deve ficar claro que não se objetivava pôr em prática uma reforma superficial, contingente, restrita. Mais que isto,

[...] se impõe hoje no Brasil uma reestruturação profunda da máquina do Estado [...]. As empresas que devam permanecer estatais [...] hão de obedecer a padrões rigorosos de eficiência na sua gestão corrente, livres do empreguismo e do desperdício, e a critérios de estrito interesse público [...]. (PSDB, 1989b)

O Estado assumia, nas formulações iniciais do ideário peessedebista, um papel distinto: nas suas funções macroeconômicas, deixaria de ser o principal agente da poupança forçada e da acumulação de capital e se restringiria a planejar e executar mecanismos que sustentem um novo padrão de acumulação capitalista. Já *na área social se destinaria a complementar o mercado*, isto é, organizar e gerenciar uma rede de serviços básicos ao atendimento das demandas fundamentais da população, abandonando seu papel de produtor de bens e serviços públicos. Os investimentos privados, a ação concorrencial do mercado e as formas de organização da sociedade civil indicavam a forma e o conteúdo de um novo projeto de hegemonia burguesa no Brasil. Assim, a “nova social-democracia”

[...] afirma a superioridade do mercado na coordenação da economia mas não dispensa a ação complementar do Estado na área social e na promoção da ciência e tecnologia, propõe a adoção de novas formas participativas de

trabalho nas empresas, dispõe-se a administrar e julga-se capaz de administrar melhor o capitalismo do que os próprios capitalistas. (PEREIRA, 1990: 44-45)

Não é difícil percebermos a orientação thatcheriana do PSDB. Ao lado do desmonte das funções públicas estatais voltadas para o suprimento das carências nas áreas sociais, encontramos o elogio à privatização de largos setores produtivos controlados pelo Estado. Um olhar mais atento, porém, nos indica que essa orientação apresentava-se sob um novo verniz, uma nova roupagem, com traços visíveis daquilo que, em meados dos anos 90, Giddens e seus seguidores denominariam de terceira via. É possível visualizar o esboço, não muito sistematizado, de uma contra-reforma intelectual e moral de tipo terceira via já nos primeiros documentos partidários.

Em outro documento bastante conhecido, produzido um ano após a fundação do partido, Mário Covas, em um discurso pronunciado no Senado que ficou conhecido como “O choque do capitalismo”, declarava, sem meias palavras que

O Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, mas atrofiou-se nas funções típicas de governo. Vamos privatizar com seriedade e não apenas na retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estratégicas e rentáveis [...]. Metade de nossa indústria está atrasada tecnologicamente. Importamos pouquíssima tecnologia [...]. (COVAS, 1989)

Covas assumia publicamente o programa peessedebista de privatização das empresas estatais, desregulamentação e liberalização econômica. Advogava que o verdadeiro nacionalismo “impõe a capacitação do País para a competição internacional” (COVAS, 1989), não fazendo sentido isolá-lo numa “autarquia”.

A propalada reforma do Estado era colocada, novamente, como foco das preocupações e estratégias de superação da crise que o país atravessava. O Estado varguista, empresário, interventor, estaria falido e, portanto, deveria ser reformulado, era preciso

Tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios [...]. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecidas. Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios. (COVAS, 1989)

A “modernização” da sociedade brasileira se tornaria viável, segundo os principais intelectuais orgânicos do partido, *pari passu* ao compartilhamento do avanço tecnológico com os países centrais, via abertura econômica e privatizações. Assim, crescimento econômico, desenvolvimento técnico científico, mediante liberalização, privatização e

reforma do Estado apareciam com destaque nos primeiros documentos programáticos do PSDB e condicionavam toda a proposta política e econômica do partido ao longo do período pesquisado. Vale a pena mostrar que esse ideário estava bem nítido num livreto escrito por Fernando Henrique Cardoso em março de 1990:

Se quer voltar a crescer pagando salários mais altos e melhorando o preço e a qualidade dos seus produtos, o Brasil também precisa fazer a sua “perestroika”, isto é, reestruturar sua economia, tornando-a menos protecionista e mais eficiente. [...] O capital e a tecnologia das empresas multinacionais podem ajudar, como têm ajudado, a modernizar a indústria brasileira [...]. Por isso não tem cabimento dificultar, da nossa parte, a entrada de capital estrangeiro. (CARDOSO, 1990b)

Nossa ênfase na questão estatal reflete o quanto a preocupação na reformulação ou reconstrução (nunca destruição) do Estado estava presente nos documentos do PSDB – que foi e continua sendo a raiz da sua proposta. Proposta essa que passava ao largo das demandas dos trabalhadores por políticas públicas de caráter universalizante, ou pelo menos na manutenção, ainda que precária, de algumas delas. As “reformas” não eram para a maioria, mas para favorecer o empresariado.

Social-democrata ou neoliberal?

Embora tenhamos focalizado os aspectos nitidamente neoliberais contidos nos documentos iniciais do PSDB, não podemos fechar os olhos para o fato de existirem divergências quanto a essa postura no interior do partido. A hipótese de que o partido comportava claros traços de uma identidade neoliberal de tipo terceira via *na sua origem*, não deve obscurecer as clivagens ideológicas que se apresentavam no interior do partido. De fato, o tratamento dado a alguns temas presentes nos documentos do partido possuía um “aroma” social-democrata. Isto indica que a supremacia do ideário neoliberal nos momentos imediatamente posteriores à fundação do partido ainda não estava plenamente assegurada.⁵

Um exame mais apurado nos documentos do partido, no entanto, nos revela que, diante da situação de crise, o PSDB se deslocou em peso para procurar contemplar as diversas demandas das frações e setores das classes dominantes que desejavam a estabilidade econômica e a continuidade da política neoliberal iniciada por Collor (com os ajustes necessários), bem como a apassivação dos movimentos sociais.

⁵ A discussão acerca do viés “social-democrata” do PSDB em seus primeiros anos pode ser encontrada em CABRERA (1995), FURTADO (1996), MARQUES e FLEISCHER (1999), ROMA (2002), POWER (2003), GENAIO (2003) e GUIOT (2006).

Torna-se profícuo, para deixar mais claro, ler o trecho abaixo, retirado de uma palestra de FHC, em 1999, que mostra como se engajava, precocemente, a ala neoliberal do partido:

No programa do PSDB, há uma parte em que se discute o capital estrangeiro. Foi o primeiro partido que discutiu a necessidade do capital estrangeiro, pois a visão dominante, até então, era: capital estrangeiro igual a imperialismo. O imperialismo quer impedir o nosso desenvolvimento, logo somos contra. Nós concluímos a necessidade da participação do capital estrangeiro [...]. E já então, nos anos 80, reconhecemos que era preciso privatizar [...]. O que importa é que nós tivemos coragem de ir contra tabus. A economia não foi aberta pelo PSDB, já estava aberta, mas o mundo tinha se transformado em ritmo acelerado [...]. Nesse contexto, julgamos que era fundamental valorizar a empresa privada na busca da competitividade. Palavras que não se usavam, era o período da substituição de importações [...]. Leiam o discurso do Mário Covas sobre choque de capitalismo. Leiam e vejam se o que estou dizendo está ou não dito lá. (PSDB, 2000: 23-24)

Ora, de que forma podemos afirmar que o PSDB apresentava postulações da social-democracia clássica? Sua aproximação com o neoliberalismo é original, orgânica, programática. Aliás, o partido estava extremamente afinado com os pressupostos de seus congêneres europeus, já em fins dos anos 80. O que se seguiu foi o aprimoramento contínuo do projeto e, no pós-94, sua consolidação, implementação, refinamento e ampliação. Decisivamente, tratava-se, então, de um partido com a denominação “social-democrata”, mas cujo conteúdo programático incorporava os principais temas econômicos neoliberais. Em outras palavras, além de não ser social-democrata pelo seu conteúdo programático não o é também porque, de fato, faltava a ele a base de classe social-democrata que é a classe trabalhadora: ora, o partido nunca constituiu qualquer vínculo com a classe trabalhadora e, portanto, até mesmo sua denominação “social-democrata” fica comprometida.

Diante do que foi apresentado até aqui, podemos asseverar que o PSDB, mesmo tendo sido influenciado pelos partidos da “nova social-democracia” na Europa foi, sobretudo, *capaz de confeccionar seu programa neoliberal de terceira via por meios próprios, apresentando-se como sendo seu portador precoce para a realidade brasileira*. Cremos ter analisado alguns elementos de como este processo emergiu, corroborando para uma proposta cujo elemento neoliberal (abertura econômica, privatizações, desregulamentação e contra-reforma do aparelho do Estado) estava mais bem definido do que a variante da terceira via. Foi realmente muito rápido, meteórico, o mergulho que o PSDB realizou na plataforma neoliberal. Isso foi facilitado, em grande medida, devido ao fato de seu conteúdo programático já contemplar pontos centrais do modelo neoliberal, desde sua fundação.

A influência das experiências da “nova social-democracia” europeia, sobretudo nos governos do PSOE de Felipe González e do PS francês de Mitterrand, foi decisiva para o

PSDB assumir precocemente um programa neoliberal de terceira via. Mais do que qualquer outro partido brasileiro, o PSDB estava inserido em redes internacionais afins e suas intenções eram bem conhecidas nos círculos da Internacional Socialista, em que tinha conseguido o lugar de “observador”. Tais relações familiarizaram as lideranças do partido com o modelo contra-reformista neoliberal na Europa dos anos 80, conduzido pela “social-democracia de novo tipo”. Mas, antes disso, é sabido que tanto a experiência do exílio quanto a militância no PMDB contribuiu para que “notáveis” do partido estabelecessem contatos pessoais com as lideranças da social-democracia que, na época, estava se “renovando” rapidamente na Europa. Muitas dessas lideranças seriam, na década de 80, condutores das reformas e ajustes “voltados para o mercado” nos seus países. Algumas lideranças peessedebistas conheciam pessoalmente Mário Soares, primeiro-ministro e depois presidente de Portugal e, não menos que Fernando Henrique, que havia trabalhado como professor na Europa nos anos 70, mantinha laços amistosos com muitos ativistas do PS francês que haviam chegado ao poder em 1981. Situação semelhante acontecia em relação a Felipe González. Para Power (2003: 262), “[...] a evolução dos socialistas espanhóis e franceses mostrou aos tucanos que uma democracia reformista e pró-mercado era pragmática do ponto de vista econômico e viável da perspectiva eleitoral”.

É claro que os circuitos internacionais aos quais o PSDB estava ligado não mudaram, mas sobretudo reforçaram a concepção ideológica em curso no interior do partido. Serviam como uma espécie de “escudo legitimador”, um “anteparo” tanto no plano interno, procurando legitimar o viés (contra)reformista perante setores mais recalcitrantes, quanto no plano externo, credenciando-se como porta-voz e mesmo indutor de um novo projeto de modernização.

Preferimos entender que a configuração da programática neoliberal peessedebista se forjou nas correlações de forças travadas no seio da sociedade civil. Ou seja, a fertilidade das propostas do PSDB se deveu, em grande medida, às demandas já postas pelas organizações do empresariado (nacional, internacional ou associado) num contexto de uma “crise orgânica”⁶ no final dos anos 80. A debilidade e o refluxo crescente das associações da sociedade civil ligadas aos setores populares já no início dos anos 90 por um lado, seguida de importantes vitórias do projeto neoliberal em pleno vapor nos países centrais por outro, constituíram motivações fundamentais para que o PSDB varresse de seu horizonte político qualquer conteúdo social-democrata e aprimorasse novas formas de dominação, aprofundando o novo padrão de acumulação capitalista no Brasil. Foi então que assumiu seu

⁶ Utilizaremos a formulação gramsciana de Álvaro Bianchi (2004: 1) para o qual “Uma crise é orgânica, quando afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão dessa *crise orgânica* é preciso a coincidência dos tempos de uma crise de acumulação do capital com o acirramento dos choques entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações”.

efetivo papel – o de formulador e implementador de uma plataforma política unificadora dos setores empresariais, tornando-se um intelectual coletivo da burguesia.

Redefinindo e repolitizando a esquerda

É lugar-comum nos documentos do PSDB a tentativa de se notabilizar perante a sociedade brasileira como pertencente a uma esquerda “responsável” e “moderna”, diferenciando-se da esquerda “agarrada aos anos 50”, “arcaica”, “corporativista”, “populista”, “estatizante”, “protecionista”, e até “totalitária”, incapaz, segundo eles, de perceber as profundas modificações em andamento no mundo (PEREIRA, 1990).

A crítica direcionava-se aos que ainda procuravam se apresentar como portadores de um projeto nacional-desenvolvimentista e também aos que continuavam buscar a “degenerada” utopia da revolução socialista. Aos primeiros, os peessedebistas afirmavam sua “caduquice” dado que o modelo de substituição de importações se esgotara, já nos anos 60. Tinham traçado, diziam eles, um diagnóstico correto na época, qual seja, o de que a causa do subdesenvolvimento nacional se dava pela troca desigual e que, portanto, sua estratégia de superação era dada pela industrialização induzida pelo Estado. Como nos anos 70 a América Latina já tinha se industrializado, tal diagnóstico e estratégia teriam sido superados. Além disso, a crise fiscal do Estado comprovaria sua ineficácia e emperrava o desenvolvimento. Aos segundos, diziam que a falência do comunismo totalitário comprovava que “a simples eliminação da propriedade privada está longe de conduzir ao socialismo” (PEREIRA, 1990: 43). Essas concepções se atualizam no ideário do partido através de seus documentos mais recentes:

Essa velha esquerda fecha os olhos à falência financeira dos poderes públicos, às dificuldades da administração estatal em gerir empreendimentos econômicos, à facilidade com que um Estado maximizado sucumbe ao assalto da corrupção e do corporativismo, e à inexistência de poupança e recursos públicos suficientes para atender às necessidades de investimentos da economia. (PSDB, 2001: 9)

Afirmavam que a formação do PSDB significava a emergência de uma “esquerda moderna” ou uma “nova esquerda”, que “procura[va] formular um novo diagnóstico e propor uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil” (PSDB, 2001: 10). Buscavam se apresentar como uma “esquerda” com colorações social-democratas “modernas”, “adaptada ao mundo em transformação”, pondo na agenda a urgência das contra-reformas neoliberais com o claro intuito de credenciar-se junto a alguns setores do capital.

De forma recorrente, os documentos do PSDB apresentavam a seguinte definição: ser de esquerda era estar pronto para arriscar a ordem em nome da democracia e da justiça social, em contraposição à direita que priorizava a ordem em relação à justiça social.

Quando a ordem é tão importante para alguém a ponto de não arriscar nada em nome dela, essa pessoa será conservadora, será de direita. Quando, porém, estiver disposta a arriscar a ordem (e a democracia no limite já é um risco à ordem) em nome da justiça, então será de esquerda. Falo em arriscar, não acabar com a ordem. (PEREIRA, 1997)

Ser moderno era apoiar as privatizações, enquanto ir de encontro a esse processo era sinônimo de atraso. Já era possível encontrar essa definição cunhada por Bresser Pereira nas publicações do partido em 1990 (Cf. PEREIRA, 1990: 36). Antecipava-se assim àquela apreçoada por Norberto Bobbio em meados dos anos 90,⁷ qual seja, a de que é de esquerda quem defende a igualdade, quem luta por uma distribuição de renda menos desigual, por maior justiça social e é de direita quem vê a desigualdade como inevitável e, sob muitos aspectos, desejável (PEREIRA, 1997: 55).

Ser de esquerda ou de direita deixava de ser um conceito referencial de movimentos e ideias calcados na luta entre as classes fundamentais no capitalismo e passava a prevalecer uma conotação valorativa, como sendo simplesmente uma diferença de valores. O objetivo era evitar ou desmantelar preventivamente a ação de sujeitos políticos coletivos das classes subalternas capaz de promover uma reforma intelectual e moral, uma vontade coletiva nacional-popular contra-hegemônica, fazendo com que as ideias, ou melhor, com que a hegemonia estivesse descolada do seu caráter de classe e se apresentasse como algo “dado”, “natural”. Seus intelectuais orgânicos ressignificavam o conteúdo dessas definições (como também as de igualdade/desigualdade) deshistoricizando o capitalismo como uma formação social no qual a *reprodução das relações sociais fundantes baseiam-se na expropriação do trabalho e na concentração dos meios de produção por parte do capital*.

O PSDB procurava se apresentar para o conjunto das classes sociais brasileiras como um partido de esquerda “moderno”. Aos trabalhadores em particular, como uma alternativa “realista”, “democrática”, de “esquerda” e “contemporânea” que considerava os estatutos do capitalismo globalizado e neoliberal de tipo terceira via os arautos da eficiência econômica e do desenvolvimento político e social para a realidade brasileira. Para tanto, seu discurso se pautava pela descaracterização agressiva e militante das correntes de esquerdas que compunham o cenário em disputa, de um lado, e por outro, na busca da construção de um consenso acerca das ideias e práticas de uma suposta “nova esquerda”, disposta em

⁷ Ver BOBBIO (2001). A primeira edição no Brasil foi publicada em 1995.

ressignificar tanto as palavras de ordem, quanto os conceitos e ideias presentes na rotulada “velha esquerda”.

Percebe-se neste como em outros momentos, que o PSDB lançava mão de um discurso calcado num “mimetismo terminológico”⁸ que se prestava a confundir e educar amplos setores da sociedade brasileira, atribuindo novas acepções aos temas de forma a torná-los palatáveis às frações das classes dominantes. Esforçava-se, em particular, para empreender um combate às aspirações históricas do conjunto da esquerda marxista, visando destruir paulatinamente o nível de consciência atingido por setores da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que incutia um processo de repolitização da política sob a direção da burguesia.

Às classes médias, o PSDB apresentava-se como partido moralizador da vida política nacional, de viés “centro-esquerda” ou “social-democrata”, uma alternativa distanciada dos partidos políticos da direita tradicional (provenientes da ARENA), do PMDB “arenizado”, do “populismo” do PDT e, principalmente, do “radicalismo” do PT. Tentava seduzi-las através de um discurso político moderado, fundamentalmente pragmático – o que lhe permitia ascensão eleitoral. Lançava mão das ideias-comuns presentes na sociedade em relação ao Estado (corrupção, patrimonialismo, burocratismo, clientelismo, fisiologismo, paralisia, crise, etc.) para apresentar sua concepção “inovadora” e “moderna”, apta a inaugurar um “novo tempo” através das contra-reformas neoliberais.

Edificando e implementando o projeto (1995-1998)

Torna-se necessário, nesse momento, analisarmos a construção e implementação do projeto neoliberal de terceira via na sociedade política (órgãos, agências e aparelhos do Estado). Focaremos, entretanto, um aspecto específico: o projeto da contra-reforma do Estado. Caracterizava-se como uma das principais frentes de batalha a ser vencida pelas ações das classes e frações de classes dominantes “modernizantes”, as quais foram programaticamente capitaneadas, na estrutura partidária que se apresentava, pelo PSDB.

Os documentos partidários do PSDB, quando avaliavam o Estado brasileiro, apontavam para um diagnóstico unânime: o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização protegida, isto é, de substituição de importações que, se se mostrara viável desde os anos 30, tornara-se um obstáculo na alocação eficaz de recursos a partir dos anos 70.

⁸ As considerações sobre os discursos da terceira via brasileira como “mimetismo terminológico” estão em NEVES (2005: 185).

A extenuação do modelo de intervenção estatal teria gerado uma crise fiscal do Estado oriunda, em grande medida, da crise dos seus mecanismos de financiamento, feitos através do endividamento externo e também da emissão de dinheiro ou títulos, o que gerava inflação. Tais condicionamentos fariam com que o papel do Estado enquanto produtor de bens e prestador de serviços estivesse deteriorado. Em “Mãos à Obra”, Cardoso (1994: 73) afirma que “neste modelo, não caberá mais ao Estado um papel de produtor exclusivo de bens e serviços, mas de normatizador e neutralizador das distorções do mercado, assim como de agente coordenador de investimentos”.

Não havia alternativa, segundo os peessedebistas, para solucionar o problema da crise do Estado se não fossem adotadas medidas “realistas” e “inadiáveis”, tais como: a) ajustamento fiscal duradouro; b) reformas econômicas orientadas para o mercado; c) reforma da previdência social; d) inovação dos instrumentos de política social (via setor público não-estatal); e) a reforma do aparelho do Estado (BRASIL, 1995: 11).

A estabilização econômica (dada através do controle da inflação e do déficit público) garantiria o aval necessário para a mudança de rumo. Condição indispensável também seria a adoção de uma política macroeconômica que compreendesse a abertura da economia, a desregulamentação e a privatização (CARDOSO, 1994: 21). A globalização dos circuitos econômicos impunha, segundo os peessedebistas, a necessidade de uma “inserção inteligente” e competitiva da economia nacional no mundo. Ela era entendida como “um fato social inequívoco” que oferecia riscos e oportunidades. Como “dela não podemos fugir”, os peessedebistas afirmavam a necessidade de o país “ocupar um papel de primeiro plano no cenário internacional ou fracassarmos como nação” (PSDB, 2001: 7-8).

Uma nova revolução nos modos de produzir e comerciar transformou o mundo, criando a necessidade de adaptar as economias nacionais às novas tecnologias, aos novos produtos e à globalização das relações econômicas. Por demasiado tempo, ficamos presos ao velho modelo [...] quando o mundo já estava obtendo benefícios inquestionáveis de uma etapa de abertura e de desregulamentação. (CARDOSO, 1994: p 260-261)

Deste modo, a reforma do Estado reduziria seu papel de executor ou prestador direto de serviços mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais em educação e saúde. Estes seriam essenciais para o desenvolvimento tendo em vista que “envolvem investimento em capital humano” (BRASIL, 1995). Isto seria de suma importância para que o Estado, em tempos de abertura comercial e globalização competitiva, ampliasse seus investimentos em ciência e tecnologia (C&T) e estimulasse a reestruturação dos setores mais dinâmicos do parque produtivo nacional por meio da incorporação de novas tecnologias disponíveis “de modo a acompanhar o ritmo do progresso técnico da economia mundial” (CARDOSO, 1994, 77-80).

Diante das tarefas impostas pela programática neoliberal, os peessedebistas convenciam-se da necessidade de redefinir as bases do financiamento estatal capazes de reformar e desenvolver o complexo de infra-estrutura que garantiria o “salto para o desenvolvimento com justiça social”. Não há dúvidas de que para o cumprimento de tal empreitada era preciso, de fato, “contar com a ação positiva por parte do governo”. Assim, o Estado atuaria diretamente nas privatizações, na mobilização de suas reservas e na captação internacional de recursos. Portanto, se fazia urgente realizar a reforma do Estado, aparelhando o setor público para, de um lado, “exercer o papel de articulador na captação de recursos internos e externos” e, de outro, para “estabelecer claramente o papel do governo na regulação dessas atividades, para assegurar qualidade, competição e tarifas adequadas na concessão de serviços públicos” (CARDOSO, 1994: 27).

Em busca de estratégias eficazes de legitimação, os peessedebistas afirmavam não fazer parte de seus planos o “Estado mínimo” dos neoliberais, vistos como ávidos em “eliminar o Estado de qualquer ação no plano econômico” (PSDB, 2001). Ao contrário, asseveravam que as reformas propugnadas eram necessárias para “reconstruir o Estado”, torná-lo mais “eficiente”, “democrático” e promotor da inserção competitiva do Brasil no cenário do capitalismo globalizado.

Portanto, aqui temos de continuar a pensar no Estado como fator importante para resolver a questão da igualdade. Por isso, irrita-me tanto falar em neoliberalismo. Aqui não há nem liberalismo quanto mais “neo”. O que há aqui é um sistema patrimonialista, com privatização do Estado. Temos de reconstruir o Estado, que é o que estou tentando fazer, para que possa enfrentar os problemas da maioria – a doença, a pobreza, a falta de educação. (CARDOSO, 1997a)

Ora, sabemos muito bem que o (neo)liberalismo não se abstém da intervenção do Estado para pôr em prática sua doutrina. Cria-se assim um paradoxo analítico bem comum na literatura: o projeto neoliberal de esvaziamento do papel do Estado e a consequente adoção das pautas contra-reformistas em direção ao mercado é conduzido por esse mesmo Estado que, para pô-lo em prática, redefine suas ações muitas vezes ampliando-as política e/ou economicamente. É óbvio que este paradoxo só pode ser aparente: deriva da análise teórica equivocada que separa a sociedade civil do Estado. No fundo, as críticas reproduzem, neste sentido, a mesma aceção teórica liberal dos apologistas pró-mercado quando analisam a crise do modelo de substituição de importações, qual seja, a de conceber as formulações e/ou transformações empreendidas no âmbito estatal como um “ato de força” da máquina governamental e sua burocracia especializada e insulada (BIANCHI, 2004: 215-216).

A “reconstrução do Estado” neoliberal de tipo terceira via no Brasil tem sido, como diria Gramsci (2002: 47), um “fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão

espontânea, automática, do fato econômico”, como querem fazer crer seus protagonistas. Certamente, a refundação neoliberal do Estado não segue a ideia smithiana da “mão invisível”. Por ser um “programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado” (GRAMSCI, 2002: 47), o (neo)liberalismo deve ser entendido como um projeto formulado no seio da sociedade civil que, para tornar-se “política de Estado”, precisa utilizar-se da regulamentação estatal, seja através da constituição de um novo “marco legal”, seja através de meios coercitivos que visem barrar a resistência do conjunto das forças antagonistas ao projeto.

Neste prisma, entendemos que as constantes queixas presentes nos documentos peessedebistas de que seu projeto “não é neoliberal” atendiam às seguintes preocupações: a) criar uma identidade original em tempos de redefinições das correlações de forças internas do país, identidade essa que se procurava mostrar próxima à “nova social-democracia” europeia e que se credenciava aos setores “modernizantes” das frações das classes dominantes; b) tentar se notabilizar como “centro-esquerda”, “nova esquerda” ou “esquerda moderna”, junto aos setores populares e às classes médias, não só resignificando seu conteúdo e papel histórico, mas também se habilitando como alternativa “viável” e “realista”, adotando o pragmatismo como filosofia moral do capitalismo; c) marcar diferenciações frente aos setores neoliberais mais ortodoxos, ao menos formalmente, reconhecidamente antipopulares e desgastados pelas atuações de Reagan e Margareth Thatcher, porém necessários inicialmente no “jogo sujo” frontal.⁹

Os contra-reformistas neoliberais assinalavam também a presença de uma crise de gestão administrativa no interior do aparelho do Estado. Essa crise seria analisada por eles em três dimensões: 1) a dimensão institucional-legal, relacionada aos obstáculos de ordem legal para o alcance de uma maior eficiência do aparelho do Estado; 2) a dimensão cultural, definida pela coexistência de valores patrimonialistas e principalmente burocráticos com os novos valores gerenciais e modernos e 3) a dimensão gerencial, associada às práticas administrativas (BRASIL, 1995: 25).

A *dimensão gerencial ou dimensão-gestão* é apresentada como “a reforma concreta do aparelho do Estado” (BRASIL, 1995: 54). Objetivava, dentre outros propósitos, fincar as bases de um novo tipo de neoliberalismo – o da terceira via. O germe desse modelo estava precocemente definido nos seus documentos iniciais. O desafio, neste momento, era o de

⁹ Esta preocupação, porém, não desobrigou FHC, entre maio e junho de 1995, a vociferar autocratismo e tirania em ocasião da greve nacional dos petroleiros. Diante da luta contra a dilapidação salarial e a privatização do monopólio estatal do petróleo, o movimento dos petroleiros enfrentou a manipulação monumental impingida pela Rede Globo de Televisão, inculcando aos setores menos informados da população a tese do caráter antipopular, corporativo e extremista da greve. O governo, por seu turno, militarizou o confronto, dando o recado de sua disposição em quebrar o novo sindicalismo e avançar na construção do projeto neoliberal (ANTUNES, 2004: 31-36).

aprofundar e refinar as novas modalidades de imposição e obtenção do consenso neoliberal no Brasil, redefinindo e legitimando suas formas de ação.

Com a contra-reforma gerencial, buscava-se deslegitimar o papel do aparelho estatal na formulação e execução de políticas públicas. Propunha uma separação entre essas duas esferas de atuação tendo como pano de fundo a definição dos tipos distintos de propriedade e suas vinculações com o setor do aparelho do Estado apropriado.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado distinguia três formas de propriedade: a privada, a estatal e a pública não-estatal. A nosso ver, o âmago da reforma do Estado, ou melhor, a ossatura do projeto neoliberal de tipo terceira via no Brasil consubstanciava-se na formulação e utilização da *propriedade pública não-estatal* a setores do aparelho do Estado, redefinindo novas relações entre Estado e sociedade. Desta maneira,

[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “publicização”. (BRASIL, 1995: 12-13)

O Plano Diretor definia a propriedade pública não-estatal como sendo “constituída pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público” (BRASIL, 1995: 43). Segundo o Plano, para o setor não-exclusivo do Estado (universidades, hospitais, creches, entidades de assistência aos carentes, centros de pesquisa, bibliotecas, museus, orquestras sinfônicas, oficinas de arte, emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural), a propriedade ideal a ser adotada era a pública não-estatal. A “publicização” se referia ao que antes, como vimos, os peessedebistas chamavam de “controle democrático”, nomeado na nova fase de “controle social”. É claro que isso não se restringia à troca de termos, mas primordialmente ao refinamento do projeto.

O estímulo à criação e ampliação do setor público não-estatal foi feito principalmente através da construção de um “novo marco legal”, contribuindo para os novos contornos da hegemonia burguesa no Brasil. Destacava-se neste ponto a criação de três leis aqui consideradas centrais para este intento: a) a Lei nº 9.637/98, sendo o primeiro dispositivo legal para regulação da relação entre Estado e sociedade civil, onde se inscreveu o conceito de Organizações Sociais (OSs); b) a Lei 9.790/99 que criou e regulamentou a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e c) a Lei 9.608/98 – que regulamentou o Trabalho Voluntário (ALGEBAILÉ, 2005: 197-201).

Essas leis compunham o escopo geral da contra-reforma do Estado, alterando o aparato regulatório da relação entre Estado e sociedade civil. O MARE foi o organismo estatal responsável tanto pela formulação das emendas constitucionais a serem aprovadas pelo Legislativo quanto pela articulação dos demais aparelhos estatais – notadamente o Programa Comunidade Solidária.

A concepção do Comunidade Solidária já constava na proposta de governo “Mãos à obra Brasil” mas, de fato, o aprimoramento de seu papel (seus princípios e diretrizes) foi melhor elucidado no programa de 1998, o “Avança Brasil”. O balanço de suas ações durante o primeiro mandato de FHC (1995-1998) também estava exposto no referido programa:

Inovadora, de parte a parte, é também a experiência de participar de parcerias Estado-Sociedade [...]. Neste sentido, o êxito das numerosas parcerias incentivadas pelo Programa Comunidade Solidária demonstra que administradores públicos e cidadãos dos mais diferentes estratos podem pensar e agir juntos, identificando o que cada qual faz melhor e somando esforços pelo progresso social. [...] A principal lição destes quatro anos consiste justamente na descoberta de que a parceria permitiu ampliar – e não reduzir – os montantes a serem destinados à área social. (CARDOSO, 1998: 292)

O alicerce de depuração do projeto “social-democrata” era o de legitimar as novas formas de obtenção do consenso bradando uma suposta ampliação do espaço público para além das fronteiras estatais. Isso significava que organismos públicos não-estatais (ONG’s, instituições filantrópicas, fundações e associações) que “não visam ao lucro” – mas que se sustentavam com recursos estatais - além de serem considerados “mais eficazes na execução dos serviços públicos do que o Estado” (uma vez que “trazem práticas de gestão próximas as do setor privado”) foram elevados às formas genuínas de promoção de uma suposta “radicalização ou democratização da democracia”, que teve maior fôlego no segundo governo FHC.

Refinando, aprofundando e ampliando o projeto (1999-2002)

Como vimos, a gênese da propalada ideia de “parceria entre Estado-sociedade”, mesmo que não se apresentasse nestes termos, já estava esboçada nos documentos prematuros do partido. O capítulo V da proposta de governo “Mãos à obra Brasil”, de 1994, intitulado “A parceria Estado-Sociedade” veio, em certa medida, consolidar e aprofundar o que já estava anunciado anteriormente. Dizia a proposta que

[...] é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos

canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade. Caberá, em primeiro lugar, **criar novos canais de participação e de controle público**, além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam. Caberá, em segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a **multiplicação de espaços de negociação de conflitos**, onde interesses divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público. Caberá, em terceiro lugar, definir e apoiar formas novas de **parceria** [...] entre o Estado e a sociedade [...]. (CARDOSO, 1994: 208-209, grifos nossos)

Neste âmbito, a fase do segundo mandato de FHC (1999-2002) correspondeu à *flor* do projeto neoliberal da terceira via no Brasil, qual seja, o da “radicalização da democracia”. Não trouxe inflexões ao projeto original: ao contrário, correspondeu à sua sofisticação, aprofundamento e ampliação. Mas o que significava “radicalizar a democracia”? Como intelectual orgânico do partido, FHC discorre acerca do tema:

Vou recorrer a uma expressão que ouvi há algum tempo: nós temos que radicalizar a democracia. Mais recentemente, ouvi o Deputado José Genoíno também usando a mesma expressão e achei ótimo. Vamos falar com toda a ênfase que é para radicalizar a democracia mesmo. O que é radicalizar a democracia? Primeiro, é expurgar esse sentimento totalitário que ainda existe em certos setores da sociedade, que não respeita as eleições, as regras do jogo democrático. Mas é mais do que isso. É, de novo, a governabilidade. Não dá para governar uma sociedade democrática e complexa como a brasileira se não existirem canais amplos de participação. [...] Nós estamos fazendo isso – uma verdadeira revolução que dá às pessoas a possibilidade de controlar na ponta como são efetivamente usadas as verbas no atendimento das principais demandas sociais. [...] Radicalizar a democracia é fazer isso, é aumentar os canais por onde circulam as informações entre o Estado e a sociedade. (PSDB: 2000: 22)

Nos documentos peessedebistas “radicalizar a democracia” significava possibilitar o celebrado “controle social”. Segundo eles, devia-se abandonar a “ilusão do Estado como único provedor do bem-estar e abrir as portas à participação coletiva na construção da sociedade do bem-estar” (CARDOSO, 1998: 270). O desafio era promover uma “nova divisão de trabalho entre poder público e cidadania”, no sentido de “incentivar a participação, a solidariedade e o senso de responsabilidade social de todos os brasileiros” (CARDOSO, 1998: 271).

A “ética da solidariedade”, tratada como fruto de uma “nova cultura cívica”, deveria estar a serviço da formação de novas modalidades de “parceria” entre sociedade e Estado, de forma que os cidadãos tornar-se-iam menos dependentes de governos (CARDOSO, 1997b: 13-14). A suposta democratização da sociedade caminharia em direção a sua “radicalização”. Estaria em vigor um “processo libertador”, movido por “novos atores, sujeitos sociais, movimentos políticos, organizações não governamentais”, uma verdadeira “explosão de associativismo popular”, de iniciativas comunitárias e experiências de um voluntariado

ávidas por possibilitar soluções concretas na complementação das políticas públicas, em especial, nas áreas sociais (PSDB, 2001: 21).

Francisco Graziano, numa cartilha destinada aos jovens, os quais, nas Universidades, “a alienação da maioria contrasta com o besteirol da cúpula estudantil” (2002: 8), buscava educar para a nova concertação burguesa no Brasil, ao afirmar que

A livre organização é uma das conquistas da moderna democracia. As entidades representativas da sociedade civil, conhecidas em todo o mundo como ONG's – Organizações não Governamentais, constituem o amálgama do tecido social. [...] Valorizar a participação popular no controle da gestão pública é obrigação de quem acredita na democracia e entende os limites, no mundo de hoje da tradicional representação parlamentar. Isso não significa “assembleísmo” nem “basismo”, comuns naquelas correntes que querem manipular os movimentos sociais. (GRAZIANO NETO, 2002: 32-33)

Ampliar, aprofundar, inovar e diversificar a vida democrática significaria o “engajamento da população cidadina”, capaz de criar uma “governança metropolitana”, entendida como uma “nova abordagem” da relação entre Estado e organizações da sociedade civil, “do reforço dos laços de solidariedade interpessoal” no interior das metrópoles, pela consolidação de uma “cultura democrática” disposta em reavivar a responsabilidade social das elites e dos cidadãos (GRAZIANO NETO, 2002: 25).

Estamos diante inequivocamente de um projeto societário que buscava enquadrar o conjunto das forças sociais de cunho popular às novas formas de dominação, exploração e expropriação capitalista. Revelava-se claramente a preocupação em difundir o ideário neoliberal de terceira via, tal qual propugnado por Giddens (1996, 2001a e 2001b), com o intuito de transformar os largos setores subalternos em participantes e colaboradores.

Preocupava ao partido o provável potencial de protesto ou insubmissão das camadas subalternizadas capaz de forjar um projeto contra-hegemônico ao bloco do poder dominante. Seu ideário *precisava* balizar uma plataforma pedagógica de convencimento na qual, ainda que reconhecidas as classes sociais, fossem dissolvidas as formas de organização popular que enfatizassem o conflito entre elas.

Ora, como falar, hoje, com nitidez, de “exploração” do capitalista, de realização da mais-valia, no sentido clássico do marxismo, se uma parcela importante dos trabalhadores começa a se tornar sócia do Capital? Sem dúvida, há grupos específicos de trabalhadores que souberam construir melhores formas de acesso ao Capital justamente porque foram capazes de se organizar de forma moderna. (CARDOSO, 1997b: 17)

Verifica-se, assim, a importância de um partido político como o PSDB na formação de um novo bloco histórico que, juntamente com outros aparelhos privados de hegemonia, divulgava a ação voluntária e fraterna, defensora do bem-comum, em prol das aspirações das

frações de classe que compunham o projeto. Nesse sentido, se produzia a convicção de que as formas de pactuação, negociação e conciliação entre o capital e o trabalho não somente eram possíveis (porque suas rivalidades encontram-se em fatores históricos que não mais existem) mas, sobretudo, cruciais na formatação de um novo projeto em que todos pudessem ser beneficiados, com a condição de abandonarem qualquer expectativa anti-capitalista.

Ainda em plena vigência, estas estratégias de repolitização da política educam para a sedimentação de um consenso ativo e apresentam a sociedade civil como *agente autônomo e segmentado* das classes sociais. A sociedade civil é concebida como uma esfera de colaboração e parcerias, um espaço de virtuosidades e de ausência de opressão e dominação. Desta maneira, a suposta homogeneização dos interesses e das práticas coletivas pressupõe uma *despolitização da sociedade civil*, a qual, de um lado, corrobora para que as consciências das classes trabalhadoras permaneçam no nível elementar do econômico-corporativo e, do outro, desloca-se o eixo da militância social do conflito de classes para estratégias participativas e colaboracionistas com o capital, desmantelando ou refuncionalizando seus próprios aparelhos privados de hegemonia em favor da “coesão social” (NEVES, 2005 e FONTES, 2005: 117).

Assim como a sociedade civil aparece como portadora de uma imparcialidade, as referências a ela nos documentos peessedebistas nos mostram que, ao credenciá-la como agente do novo modelo, a considera também separada, ou melhor, fora do Estado. Desta forma, o “público não-estatal” aparece como entidade autônoma do mercado e do Estado – supostamente um “Terceiro Setor”. O que é realmente revelador é o fato de esta sociedade civil plasmada, homogênea, autônoma e despolitizada, *assume o papel de novo agente histórico da transformação em lugar das classes sociais*. Extremamente imediatista e a-histórica, ela toma a realidade aparente como manifestação concreta do real, incapaz assim de perceber as múltiplas determinações contraditórias que compõem esse real (LIMA e MARTINS, 2005: 53-54).

A fórmula “radicalização da democracia” encobre com o véu da terceira via sua verdadeira face neoliberal: de atribuir à sociedade a (auto)responsabilização pela execução e financiamento das políticas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado de suas atribuições mais candentes. Destarte, as diferenças entre a terceira via e o neoliberalismo não são de conteúdo e de princípios, mas sim de forma e de estratégia:

Nos dois casos, o Estado deixa de ser o responsável direto pela execução das políticas sociais, mas, enquanto o neoliberalismo defende a privatização e passa essa responsabilidade para o mercado, a Terceira Via repassa a responsabilidade para organizações da sociedade civil, criando o conceito de “público não-estatal” [...]. (NEVES, 2010: 71)

A crítica formulada pela proposta do PSDB ao neoliberalismo é pontual e não de conteúdo. Perfilava-se como de terceira via porque se preocupava com o grau de estabilidade político-social, isto é, com a “coesão social” necessária à continuidade do projeto e, no horizonte, do próprio capitalismo. Daí a ênfase em mecanismos “participativos”, nos “controles sociais”, na “radicalização da democracia”, na “publicização”, ou seja, no refino e ampliação da própria noção “modernização”, cujo teor não se referia somente ao mercado ou ao Estado, mas ao conjunto do tecido social.

Portanto, o neoliberalismo peessedebista de tipo terceira via conduziu um processo de *ampliação seletiva* do Estado capitalista. Ampliou (e não restringiu) na medida em que o próprio projeto possibilitou que novas organizações da sociedade civil ligadas aos setores empresariais pudessem participar das discussões e decisões estatais. Foi seletiva porque excluiu as organizações da sociedade civil ligadas às causas populares, seja retirando-lhes os direitos conquistados, seja expropriando-lhes ideologicamente, isto é, repolitizando suas práticas e disposições teóricas.

Ocorre uma contração do Estado, por meio da expropriação social e política das conquistas anteriores, e uma ampliação, agregando-se tanto novos interesses diretamente empresariais, como formas associativas internacionalizadas no próprio âmbito do Estado, mais visível no caso dos países periféricos, mas ocorrendo também em países centrais [...]. (FONTES, 2005: 117)

Por fim, é importante lembrarmos que no capitalismo e, mais precisamente, em processos ampliação das franquias eleitorais e organizativas, a organização de classe não é uma especificidade da base popular, mas também das classes dominantes (FONTES, 2005: 289). Vimos, através da análise de seus documentos, como o PSDB apresentou-se como um “moderno Príncipe” alterado¹⁰, o *condottiero* voltado para organização e unificação das frações das classes dominantes brasileiras em torno de um projeto de contra-reforma moral e intelectual neoliberal que dispensava esforços para superar a crise de hegemonia dos anos 80 através de um movimento centrípeto que guiou as classes dominantes a um porto seguro.

Referências Bibliográficas

ALGEBAILLE, Maria Emilia Bertino. Mecanismos regulatórios como elementos constitutivos da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

ANTUNES, Ricardo. A “terceira via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês. Outubro, n.3, São Paulo, 1999.

¹⁰ Sobre a discussão do PSDB como um “Moderno Príncipe” para a burguesia brasileira ver GUIOT (2006).

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil – Collor, FHC e Lula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BIANCHI, Álvaro, **O Ministério dos Industriais – A Federação das Industriais do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.

CABRERA, José Roberto. **Os Caminhos da Rosa – um estudo sobre a social-democracia no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Perspectivas da social-democracia (Vistas do ângulo do Brasil). In: DAVID, Maurício Dias, (org.). **Social democracia hoje**. Rio de Janeiro: FTV, 1990a.

_____. **Social-democracia, o que é, o que propõe para o Brasil**. São Paulo: s.ed. 1990b. Disponível em: <www2.psdb.org.br/interna/biblioteca_layout.php>. Acesso em: 09/08/10.

_____. **Mãos à obra Brasil: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1994.

_____. **Vivemos uma revolução sem saber - Entrevista concedida à revista Veja**. Brasília: ITV, 1997a.

_____. **Globalização (duas conferências)**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997b.

_____. **Avança, Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos**. Proposta de governo. Brasília: s.ed., 1998.

COVAS, Mário. **O desafio de ser presidente: compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1989.

FONTES, Virgínia Maria. **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. **Trajetos e Perspectivas Social-Democratas: Do Modelo Europeu para o PSDB e o PT no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1996.

GENAIO, Poméia. **A Formação do Partido da Social-Democracia Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

GUIOT, André Pereira. **Um ‘Moderno Príncipe’ para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)**. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Juventude consciente – conceitos e temas da política nacional**. Campinas, SP: Pontes; Brasília, DF: ITV, 2002.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia M^a W. (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009.

MARQUES, Jales Ramos; FLEISCHER, David Verge. **PSDB – De facção a partido**. Brasília: ITV, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise e renovação da esquerda na América Latina. In: Perspectivas da social-democracia (Vistas do ângulo do Brasil). In: DAVID, Maurício Dias, (org.). **Social democracia hoje**. Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n. 39, 1997, p. 53-71.

POWER, Timothy J. Fernando Henrique e a 'Terceira Via': Blairismo à Brasileira? In: TAVARES, José Antônio Giusti (org.). **O que esperar da Social-Democracia no Brasil?** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

PSDB. **A Social Democracia Brasileira: Construção de uma Nova Força**. Brasília, Coleção Tucano, vol. IV, 1989a.

PSDB. **Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)**. Brasília: 1989b. Disponível em: <www2.psdb.org.br/interna/psdb_programa.php>. Acesso em: 09/08/10.

PSDB. **Seminário Realizações e Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela, 2000.

PSDB. **Declaração Programática do Partido da Social Democracia Brasileira – documento preliminar para discussão interna**. Brasília: ITV, maio de 2001.

ROMA, Celso. e PERES, Paulo Sérgio. **Programa partidário e ação estratégica das lideranças: PT e PSDB em perspectiva comparada**. III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP – julho de 2000, UFF, Niterói.

SAES, Décio. **A República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

Artigo recebido em 19/08/2010

Artigo aceito em 30/09/2010